

Seminário “A Didática do Braille”

Conclusões

Irina Francisco

Núcleo para o Braille e Meios Complementares de Leitura

Contextos de literacia braille emergente em idade pré-escolar

O tato ativo, ou sistema háptico, é o mais importante sistema sensorial de que a pessoa com cegueira dispõe para conseguir conhecer o mundo, por isso, é essencial provocar a estimulação sensório-percetual do tato, através do envolvimento precoce da criança em atividades de exploração e manipulação das características físicas dos objetos, nomeadamente das diferentes formas, tamanhos e texturas.

Assim, em idades precoces, as atividades de literacia braille emergente têm que contemplar uma componente motivacional e cativante, numa contínua e persistente descoberta da linguagem escrita e oral. Durante os anos que antecedem a escola, a base da literacia é construída à medida que a criança desenvolve atitudes positivas e isso inclui o desejo de ler e a crença de que o consegue fazer. Neste sentido, é da maior importância o desenvolvimento precoce do toque háptico e de competências de preparação para a aprendizagem do braille nos diversos contextos da criança. Famílias e profissionais têm, neste âmbito, um papel preponderante no desenvolvimento da leitura e da escrita. É fundamental implementar estratégias com vista à promoção da curiosidade e do prazer pelo toque e à criação de ambientes de literacia nos contextos naturais. Assim, é importante facilitar atitudes positivas face ao braille, indo ao encontro dos interesses da criança; respeitando a sua forma de perceber o mundo e selecionando atividades de carácter lúdico.

A inclusão de todas as crianças implica a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas, que respondam às características individuais de cada uma e atendam às suas diferenças, apoiando as suas aprendizagens e progressos. Em contexto de jardim de infância, o docente titular de grupo deve promover competências de literacia emergente através de programas incidentais que proporcionem o contacto direto da criança com padrões de pontos braille associados aos objetos que integram o seu quotidiano, uma vez que o toque representa a sua principal fonte de apropriação sensório-percetual do mundo. As atividades a realizar terão, então, como propósito o desenvolvimento da linguagem (nomeadamente da linguagem recetiva e expressiva), da motricidade fina

(para desenvolver a força e a coordenação necessárias à aprendizagem do braille) e da percepção auditiva e tátil. Este conjunto de atividades constituirá uma base sólida de aprendizagem que permitirá à criança com deficiência visual iniciar a frequência do primeiro ano do primeiro ciclo do ensino básico com as competências necessárias para aprender a ler e escrever braille, de forma mais eficaz.

O braille no ensino básico e secundário

Num mundo em que predomina a tecnologia, continua a ser necessário o ensino do Sistema Braille, dotando os cegos da capacidade de ler e escrever e assegurando a possibilidade da sua participação ativa na sociedade. O processo de ensino do braille torna-se desafiante pois tem de ser focado no indivíduo, sendo muitas vezes mais do que uma aprendizagem, um processo de superação. Os alunos que utilizam o braille por impossibilidade de acederem ao sistema impresso, em razão de alterações funcionais e estruturais relacionadas com o domínio sensorial da visão, podem apresentar níveis de *stress* adicionais relativamente ao seu grupo de pares, por se sentirem na condição de únicos utilizadores de um sistema que ninguém mais utiliza, ou por começarem a aprender um sistema de literacia após anos de convívio com o sistema impresso (no caso de crianças e jovens que não nasceram cegos e que perdem a visão durante este período).

As crianças e jovens com deficiência visual que frequentam o ensino básico e o ensino secundário representam um conjunto muito heterogéneo para o qual não existem respostas padronizadas. Porque a cegueira e a baixa-visão tanto podem ser congénitas como surgir num qualquer momento do seu percurso escolar e, acima de tudo, do seu desenvolvimento pessoal e social. A aprendizagem do braille pode, então, surgir com naturalidade e ser feita em paralelo com a aprendizagem de outras competências e conteúdos no contexto escolar, ou revestir-se de alguma complexidade, implicando uma intervenção multidisciplinar. Por outro lado, há que distinguir a aquisição de competências básicas no uso da Grafia Braille da Língua Portuguesa e as especificidades das restantes grafias, com particularidades inerentes às áreas científicas em que se aplicam, nomeadamente a matemática e a química. As questões relativas à didática do braille não se esgotam, portanto, na mera aprendizagem do alfabeto braille, prendem-se, fundamentalmente, com o aperfeiçoamento da leitura e da escrita, que se concretiza na aquisição de um nível de proficiência que permita que os alunos utilizem

o braille como meio privilegiado de acesso ao conhecimento e de comunicação escrita em contexto escolar, isto é, servindo-se dele para o seu sucesso académico.

Foi defendida a adoção de uma estrutura de referência e avaliação para o ensino da literacia braille no sentido de uma uniformização na aplicação de critérios, procedimentos e objetivos a nível nacional. Essa regulamentação específica talvez fosse útil no sentido de dar ao sistema de leitura e escrita braille outro peso e outra relevância no percurso escolar do aluno e contribuindo para fornecer aos professores linhas orientadoras sobre como ensiná-lo e aperfeiçoá-lo com os seus alunos.

Sobre a formação de professores em Portugal

A esta área não tem sido dada a atenção necessária. Importa não desvalorizar o papel dos conteúdos específicos essenciais a uma sólida preparação escolar dos alunos com deficiência visual, de que o ensino do braille é parte significativa. A formação de professores não pode deixar de refletir sobre o facto de estarmos ainda longe de conseguir pôr em prática o princípio da unificação e estruturação das experiências visuais e tátil-cinestésicas necessárias à aprendizagem da leitura das crianças cegas e com baixa visão.

Para que uma criança ou jovem com deficiência da visão tenha um processo adequado de aprendizagem do braille, deve contar com um profissional que o ensine de acordo com as suas necessidades e potencialidades. Para isso, a pessoa que ensine este sistema de leitura e escrita deve ter em conta vários critérios: a Legislação nacional e internacional; a diversidade social e cultural; a coordenação interdisciplinar; o diagnóstico oftalmológico e outros associados; as etapas evolutivas do processo de leitura e escrita; o domínio do Sistema Braille e das Tecnologias de informação e da comunicação.

É preciso munir os professores de novas atitudes, novas aquisições e novas competências, para que se enquadrem no Perfil do Professor Inclusivo enquanto agente preponderante na construção de uma escola inclusiva. A legislação atual consagra o Sistema Braille como uma das Áreas Curriculares Específicas que, no caso dos alunos com deficiência visual, são trabalhadas pelo docente de Educação Especial no domínio da visão. Assim, para desempenhar adequadamente a sua função é fundamental que o professor domine o braille, de modo a acompanhar os progressos/evolução dos alunos.

A literacia braille e a didática do Sistema Braille têm, então, que assumir uma real e permanente prevalência na formação e atualização profissional dos professores que têm a missão de ensinar a quem dele precisa.

No ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, é fulcral manter a habilidade de manusear, porque escrever à mão desenvolve o cérebro, a motricidade fina, o planejamento e o controlo motor em todos os alunos, com e sem deficiência visual.

Neste âmbito, a formação contínua é imprescindível para a melhoria da eficácia e da eficiência do sistema educativo. Esta é uma ferramenta fundamental para contribuir, aperfeiçoar e fortalecer a ligação entre os professores e os saberes científico-pedagógicos, considerando que os professores, no seu processo de formação inicial, não têm acesso à aprendizagem do Braille. Por esse motivo, torna-se premente que o braille integre os planos de estudo da formação de professores, para que possam vivenciar experiências para compreender as dificuldades de acesso à aprendizagem dos seus alunos; tomem consciência da importância do conhecimento da leitura e escrita enquanto facilitador do ensino; e reflitam sobre o impacto da formação na sua ação educativa. O principal propósito da formação contínua será, então, o de dotar todos os docentes e fundamentalmente os que trabalham com alunos cegos, de ferramentas que permitam otimizar a prática letiva, numa escola para todos.

A alfabetização de cegos adultos – uma ferramenta central para a (re)construção da autonomia

A pessoa com cegueira ou baixa visão adquirida confronta-se, na maioria das vezes, com problemas inerentes à dimensão psicológica (perda de autoestima e autoconfiança) e à dimensão funcional (perda de locomoção, orientação espacial e realização de tarefas quotidianas). Neste sentido, há que desenvolver, junto desta população, programas de reabilitação individual que consistam na aquisição de competências que promovam a autonomia e melhoria da qualidade de vida. O braille é, neste processo, uma ferramenta central no acesso ao conhecimento e inclusão da pessoa cega, uma vez que é a única forma de aceder efetivamente à leitura. Pode, também, ser muito útil para suprir necessidades pessoais e profissionais quotidianas: identificar medicamentos através de rótulos, ler publicações periódicas, reconhecer os botões nos elevadores, ler correspondência e/ou faturas (ex.: água, luz, comunicações), ler livros (ainda que os haja em reduzida quantidade).

A progressão na aprendizagem do braille é um processo mental complexo, que depende, essencialmente, de cada um e do significado que é atribuído a esta aprendizagem, estando também relacionada com capacidades individuais. Numa fase inicial, é comum que a leitura seja lenta, que o modo de reconhecimento dos caracteres seja moroso, constituindo-se como um processo exigente que obriga a pessoa a ser resiliente e persistente, até adquirir uma velocidade de leitura e proficiência de leitura satisfatória que assegure a compreensão do significado do texto. Este processo de aprendizagem resulta, contudo, em benefícios muito positivos para a pessoa, não só na aceitação da deficiência visual, mas também na melhoria da auto-estima e autoconfiança, recuperando a perceção de competência na realização de tarefas do dia-a-dia e marcando uma mudança gradual rumo à conquista de uma autonomia plena.

Importa também salientar que, em casos de perda da visão em idade tardia, um dos maiores desafios no processo de reabilitação é conseguir que o sujeito que aprende encontre justificação para o seu investimento na aprendizagem deste código. As tecnologias desempenham um papel central enquanto complemento ao braille, podendo potenciar e incentivar o seu uso, mas nunca devendo substituí-lo.

O Sistema Braille é reconhecido mundialmente como modelo natural de escrita para pessoas cegas e a sua base de alfabetização ao longo do processo educativo. No entanto, com o surgimento e massificação de novas tecnologias, sobretudo dos leitores de ecrã, assistimos a uma secundarização do uso do braille. O menor recurso ao contacto físico com a palavra escrita, em favor da preferência pelos modelos de leitura falada, corresponde a uma nova realidade que foi aqui intitulada de analfabetismo funcional. Porque a palavra, sendo a expressão do pensamento, modela estruturas cognitivas responsáveis pelo raciocínio compreensivo, consolidado através da escrita.

Notas Finais

Concluimos com um agradecimento a todos os oradores por partilharem connosco o resultado das suas pesquisas e investigações, os exemplos da sua prática profissional e as reflexões resultantes do contacto e do trabalho desenvolvido com crianças, jovens e adultos com deficiência visual. Cremos ser unânime que o braille é, até à data, o único código que permite a alfabetização de quem não tem uma visão funcional suficiente para aprender a escrita a tinta e que, portanto, será sempre uma competência essencial a desenvolver no sentido de dotar a pessoa cega ou com baixa-

visão severa das ferramentas necessárias para o acesso à informação escrita de forma autónoma. As tecnologias podem e devem funcionar como complemento e mesmo como potenciadoras do uso do braille.

Destacamos, porque tratámos as questões inerentes à didática do braille, a necessidade de olhar com maior atenção para a formação de professores para que possam estar mais bem preparados para ensinar, aperfeiçoar e treinar com os seus alunos a leitura e a escrita em braille. O entendimento segundo o qual o braille é cada vez menos utilizado tem servido de justificação ao desinvestimento, por parte de alguns profissionais, no ensino do braille nas escolas. Garantir programas formativos completos, nomeadamente ao nível da formação inicial de professores e da formação contínua, em que o braille e as suas grafias específicas possam ter o protagonismo que lhes é devido, deve ser uma prioridade. O professor inclusivo deve, além de dominar as várias grafias, estar consciente da importância do braille no percurso individual dos seus alunos, não desvalorizando o ensino-aprendizagem dessa valência.

Para terminar, salientamos duas ideias inspiradoras aqui partilhadas: que brincar à leitura é fazer do braille uma brincadeira que gera felicidade; e que os pontos braille são sementes de luz levados ao cérebro pelos dedos, para a germinação do saber. Porque o braille é promotor da inclusão, e nunca o contrário!

Lisboa, 8 de janeiro de 2020